

08 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça obriga casal a vacinar filho de 3 anos no interior de SP

Luís Freitas

CAMPINAS (SP) Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo obriga um casal de Paulínia a vacinar o filho de três anos, no que abre um precedente para lidar com a crescente resistência à vacinação e a consequente disseminação de doenças tidas como erradicadas — caso atual do sarampo.

O tribunal julgou em julho recurso do Ministério Público Estadual, autor da ação. Em primeira instância, a Justiça de Paulínia (a 125 km a noroeste da capital) dera razão ao casal. Mas a Promotoria recorreu e reverteu a sentença.

Os pais deveriam regularizar a vacinação da criança, que nunca foi imunizada, em 30 dias a partir da notificação.

Como o processo corre sob sigilo e a reportagem não conseguiu contato com a família nem com seu advogado, não é possível saber se a criança foi vacinada. A Promotoria não soube informar se o casal já foi notificado, se aplicou as vacinas ou se vai recorrer.

A sentença determina que, caso a decisão não seja cumprida, o Conselho Tutelar realize a busca e apreensão da criança para aplicar a vacina.

O Conselho Tutelar de Paulínia acionou a Promotoria após receber a denúncia em setembro de 2016. Segundo nota da Promotoria, o Conselho Tutelar informou que os pais evitavam vacinar o filho porque são “adeptos da filosofia vegana” e “contrários a qualquer intervenção do gênero (tida como ‘invasiva’)”.

O Ministério Público, no entanto, não informou se o casal optou por não dar as vacinas exclusivamente pelo fato de serem veganos — algumas

usam como conservante proteína retirada do ovo, e muitas são testadas em animais.

O promotor André Perche Lucke, autor da ação, diz que se reuniu com os pais após receber a denúncia. Na ocasião, o casal afirmou que não queria vacinar o filho até os dois anos e criava a criança com intervenções mínimas; o menino estava saudável e não ia ainda à escola — portanto, estava longe de infecções.

O pediatra da criança afirmou à Promotoria que os pais são cuidadosos e que o filho sempre apresentou desenvolvimento adequado à idade, com quadros leves de infecções como gripes.

Segundo a Promotoria, porém, o médico explicou a importância das vacinas. “Em momento algum [o pediatra] ratifica ou apoia a opção escolhida pelos requeridos e esclarece que acredita não se tratar de negligência, mas opção filosófica”, diz o órgão.

Após uma tentativa de acordo, o casal compareceu ao Ministério Público e informou estar convicto a não vacinar o filho mesmo após os dois anos. Afirmaram, segundo a Promotoria, que vacinas têm efeitos colaterais e enfraquecem o sistema imunológico.

A alegação, contudo, não encontra respaldo na literatura médica reconhecida.

Para o promotor, a criança deve ser vacinada para evitar dano a ela mesma e para não se tornar vetor de doenças.

O risco é especialmente grave para a parte da população com condições que não permitem a imunização — caso de gestantes, transplantados, recém-nascidos e pessoas com doenças como lúpus.

Em primeira instância, a Jus-

tiça acatou os argumentos do casal e julgou a ação improcedente. O promotor recorreu, alegando que é dever constitucional da família assegurar à criança seu direito à saúde. Na argumentação, citou estudos da Opas (Organização Pan-Americana de Saúde) que reforçam a importância da vacinação para evitar doenças.

Oito cidades da região metropolitana de Campinas enfrentam surto de sarampo. Paulínia tem 11 casos suspeitos. Campinas, Hortolândia, Jaguariúna, Sumaré e Americana têm juntas oito casos confirmados neste ano.

Em janeiro deste ano, a OMS (Organização Mundial de Saúde) classificou os movimentos antivacinas como ameaça mundial à saúde em 2019.

Segundo a agência da ONU, a hesitação em vacinar, mesmo havendo disponibilidade dos medicamentos, ameaça reverter o progresso alcançado na prevenção de determinadas doenças. A vacinação, segundo a OMS, previne de 2 a 3 milhões de mortes por ano.

Além do movimento antivacina, a cobertura vacinal oferecida pelos governos não atinge metas. Em 2017, como mostrou a Folha, 1 em cada 4 municípios do Brasil teve cobertura abaixo do ideal em vacinas obrigatórias.

No veganismo, a vacinação não é questão fechada, com defensores e detratores.

Laura Kim, diretora da Associação Brasileira de Veganismo, defende a imunização. “Se não tem alternativa, tem que usar vacinação e medicamento. O veganismo é contra a exploração animal. Temos que ser veganos na medida do possível e do praticável, essa é a definição do veganismo.”

08 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO
PAINEL S.A.

Arranha-céu

Em tempos de vacas magras, escritórios de arquitetura se animaram com o edital de licitação para a elaboração do projeto do edifício anexo do Tribunal de Justiça de São Paulo, no centro da capital. São 11,8 mil metros quadrados de terreno, sendo quase 146 mil metros quadrados de área edificada para 24 pavimentos. A obra abrange seis subsolos e heliponto, além de 32 elevadores. O preço do serviço pode alcançar a cifra de R\$ 25,3 milhões.

08 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

STF veta transferência de Lula para presídio de SP após forte reação

Decisão da Justiça Federal foi alvo de críticas de parlamentares; petista também tem pedido de soltura negado e continua em Curitiba

BRASÍLIA, SÃO PAULO E CURITIBA O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu nesta quarta (7), por 10 votos a 1, a ida do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para um presídio de São Paulo após uma autorização de transferência dada pela Justiça provocar forte reação no Congresso — com críticas tanto de aliados como de adversários do petista.

Lula está preso desde 7 de abril de 2018 em uma cela especial na sede da Polícia Federal em Curitiba, e sua transferência foi pedida pelo superintendente do órgão, Luciano Flores, sob justificativa de que a presença do ex-presidente altera a rotina do prédio.

A juíza federal Carolina Lebbos decidiu autorizar a remoção do petista para uma unidade prisional em São Paulo, estado de origem dele.

O juiz corregedor Paulo Eduardo de Almeida Sorci, do departamento estadual de execução criminal do Tribunal de Justiça de SP, determinou então a ida de Lula à penitenciária 2 de Tremembé, conhecida como “presídio dos famosos”.

A unidade abriga presos como Suzane von Richthofen (condenada pelo assassinato dos pais), Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá (condenados pela morte de Isabela Nardoni) e Gil Rugai (pela morte do pai e da madrasta).

A defesa de Lula protestou contra a decisão e recorreu ao Supremo argumentando

que ela era “descabida e ilegal”, que acarretaria “vulnerabilidade jurídica e pessoal” e que ele tinha direito de permanecer em uma sala de estado-maior, benefício determinado pelo ex-juiz Sergio Moro no mandado de prisão.

A autorização de transferência de Lula mobilizou parlamentares. As críticas à decisão vieram do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e de parlamentares de partidos de esquerda, do centrão e do PSDB.

O presidente do STF, Dias Toffoli, colocou a análise da petição de Lula às pressas na pauta do plenário após caravana de parlamentares ir à corte para questionar a ordem de transferência e pressionar por uma decisão.

No Supremo, a maioria dos ministros acompanhou a posição do relator, Edson Fachin. A defesa pediu que Lula fosse solto — solicitação negada por Fachin — e, em caso negativo, que permanecesse preso na sede da PF na capital paranaense — no que foi atendido.

Além de Fachin, votaram nesse sentido Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli.

Só Marco Aurélio divergiu, sob a alegação de que não cabia à corte apreciar o pedido antes de ele tramitar pelas instâncias inferiores da Justiça.

Presente à sessão, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também opinou pela manutenção de Lula na Superintendência da PF.

O único precedente até hoje de detenção de um ex-presidente da República em São Paulo é o de Michel Temer (MDB), que ficou seis dias preso no último mês de maio.

A época, a Polícia Federal afirmou que não tinha um espaço adequado para abrigá-lo. Temer passou quatro noites na sede da entidade, em salas improvisadas.

Depois, foi transferido ao Comando de Policiamento de Choque da PM, no centro, onde há sala de estado-maior.

Na petição ao STF, os advogados de Lula disseram estranhar a decisão de transferir o petista no momento em que “novas e graves revelações sobre a conduta de agentes envolvidos na Operação Lava Jato (fato público e notório) estão sendo trazidas a público por veículos de imprensa”.

Eles se referem às mensagens obtidas pelo The Intercept Brasil que vêm sendo publicadas pelo site e por outros veículos de comunicação, inclusive a Folha. A justificativa da defesa é que os diálogos revelados “reforçaram o direito” de Lula de ser solto.

CONTINUA

A defesa do petista também reforçou seu entendimento de suspeição do ex-juiz Sergio Moro, ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro e a quem a PF é subordinada.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), afirmou não ter dúvidas de que Moro atuou para que fosse autorizada a transferência.

“É fruto de uma atuação do agora ministro da Justiça, Sergio Moro, que já atuou de maneira militante e política para julgar, condenar e mandar prender o ex-presidente.”

Para Gleisi, seria um risco à segurança e à vida de Lula deixá-lo sob tutela da polícia do governador de São Paulo, João Doria (PSDB). “Principalmente pelas motivações políticas que essa pessoa já expressou.”

No Twitter, o governador ironizou a petista. “Fique tranquila, ele será tratado como todos os outros presidiários, conforme a lei. Inclusive, o seu companheiro Lula, se desejar, terá a oportunidade de fazer algo que jamais fez na vida: trabalhar!”, publicou.

O juiz corregedor Paulo Eduardo de Almeida Sorci, que determinou a ida de Lula para Tremembé, foi nomeado por Moro para integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ligado ao Ministério da Justiça.

A decisão do Supremo pela suspensão da transferência foi comemorada por apoiadores do petista na vigília montada em frente ao prédio da Polícia Federal em Curitiba.

Logo que a notícia foi anunciada, os cerca de 50 militantes se reuniram e, em jargal, gritaram: “Lula, decisão do STF: você fica em Curitiba”.

Um dos advogados de Lula, Manoel Caetano afirmou que o ex-presidente “recebeu com serenidade” a decisão do Supremo. “Ele [Lula] estava indignado. A prisão, como todos nós sabemos, é injusta”, disse.

A Folha apurou que uma cela do presídio de Tremembé já havia sido esvaziada para receber o ex-presidente.

A ideia era que Lula ficasse isolado em uma cela, mas tivesse convivência com os demais presos nos períodos de refeições e de banho de sol.

Antes da suspensão da transferência, o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) afirmou no plenário estranhar a decisão da juíza. “Apesar de nunca ter votado nele, acho que [Lula] é um ex-chefe de Estado e merecia outro tratamento”.

Para ele, tocar no assunto mais de um ano depois parece “perseguição à toa.”

Rodrigo Maia respondeu concordando. “Tem toda razão, deputado”, afirmou.

Depois, a jornalista, Maia disse: “Eu acho que [Lula] já estava lá há bastante tempo para fazer uma mudança sem estar organizado. Se fosse mudar, que se organizasse um lugar que pudesse dar as mesmas garantias, condições.”

José Nelto (GO), líder do Podemos, também qualificou a decisão da juíza de perseguição. “O que a Justiça fez hoje, eu quero aqui condenar publicamente. Não se justifica retirar o ex-presidente Lula de Curitiba e levar para Tremembé. Isso é humilhação. Perseguição eu não aceito com ninguém, de direita ou esquerda.”

Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), ligado a Aécio Neves (PSDB-MG), qualificou a decisão judicial de “verdadeiro absurdo”. Segundo ele, é algo que “coloca em risco o respeito que o Brasil conquistou como país garantidor dos direitos.”

Parlamentares realizaram uma audiência suprapartidária com Dias Toffoli. Cerca de 70 pessoas, segundo contagem da reportagem, participaram do encontro na sede do Supremo, que teve a presença de membros de PT, PC do B, PSOL, PDT, PSD, Solidariedade, PRB, MDB e Cidadania.

Primeiro a falar na audiência, o deputado Marcos Pereira (PRB-SP) ressaltou o caráter suprapartidário do ato. “Sabemos que existe ilegalidade nessa decisão [de transferir Lula]”, afirmou.

O deputado Fábio Trad (PSD-MS) classificou como injusto a decisão de transferir Lula. “Essa decisão visa humilhar, dar oportunidade para a imprensa fotografar o ex-presidente uniformizado, com a cabeça raspada. Estamos aqui pelo direito.”

Lula está preso após ser condenado pela Justiça acusado de ter recebido propina da construtora OAS por meio da reforma de um triplex em Guarujá (SP). Em abril, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) confirmou a condenação e reduziu a pena do petista para 8 anos e 10 meses.

A defesa do petista diz que o ex-presidente nunca assumiu a posse do imóvel e que os delatores mentiram para obter benefícios. Com a decisão do STJ de reduzir a pena, Lula pode deixar o regime fechado ainda neste ano.

A principal alternativa para isso é a progressão de regime na condenação do caso triplex. Segundo o MPF, ele já tem direito a progredir para o regime semiaberto. Quem decide sobre o benefício é o STJ.

Além disso, no fim de setembro, Lula atingirá a marca de cumprimento de um sexto da pena. A Lei de Execução Penal prevê a progressão de regime para o preso que pagar reparação de danos aos cofres públicos. O ex-presidente precisará desembolsar R\$ 2,4 milhões para quitar o compromisso.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O vaivém da transferência de Lula

08 AGO 2019

Pedido da PF O superintendente da PF, Luciano Flores, havia pedido à Justiça a transferência de Lula por argumentar que a prisão do petista altera a rotina do prédio da PF em Curitiba, onde ele cumpre pena

Decisão da Justiça Federal O pedido foi atendido nesta quarta (7) pela juíza Carolina Lebbos, responsável pela execução da pena do ex-presidente. Ela autorizou a transferência de Lula para uma unidade prisional em SP

Tremembé Após a decisão, a Justiça de SP autorizou a transferência de Lula para o presídio de Tremembé, no interior do estado

Defesa Em recurso ao STF, os advogados do petista afirmaram que ele tem direito de cumprir pena em uma sala de estado-maior, que oferece condições especiais. Isso estava previsto na decisão do então juiz Sergio Moro ao decretar a prisão de Lula e lhe é oferecido na sede da PF em Curitiba. Contudo, não havia garantias de que as condições especiais seriam mantidas em Tremembé. A defesa também diz que a transferência elevaria "sobremaneira o constrangimento ilegal imposto" ao ex-presidente e pediu que ele fosse libertado até que o Supremo julgue o pedido que questiona a atuação de Moro no processo em que o petista foi condenado

Supremo Na tarde desta quarta, o STF barrou a transferência de Lula e reafirmou o direito do petista de cumprir pena em uma sala de estado-maior. Contudo, decidiu manter Lula preso

Todo Carnaval tem seu fim

MÔNICA BERGAMO

AINDA
NÃO

Num sinal enfático à “república de Curitiba”, Câmara e Supremo responderam institucionalmente à decisão da juíza Carolina Lebbos de transferir Lula para Tremembé (SP). A ordem dela foi lida no STF como parte de tática da Lava Jato para ofuscar o vazamento de mensagens de procuradores e de Sergio Moro. Antes de levar o recurso do petista ao plenário, Dias Toffoli, presidente da corte, avisou que sustaria a transferência com uma liminar. Foi, aí, informado de que os colegas o acompanhariam.

AQUI É TIME Segundo relatos, foi Alexandre de Moraes quem teve a iniciativa de conversar com colegas nos bastidores. Ele teria dito a Toffoli que não seria necessário “desgastar a presidência” com o caso, sinalizando veredito colegiado.

GREGOS E TROIANOS Nem ministros alinhados à Lava Jato foram contra a remessa do caso ao plenário. Edson Fachin e Luís Roberto Barroso deram apoio prévio ao caminho.

ONIPRESENTE A decisão de Lebbos ampliou ainda mais a antipatia de uma ala da corte com o ministro Sergio Moro. Em conversas reservadas, integrantes do Supremo atribuíram à influência dele o pedido de transferência feito pela PF e a resposta da juíza.

ESFINGE O voto do decano Celso de Mello contra a transferência de Lula não deve ser visto como uma pista do rumo que ele vai adotar ao julgar o habeas corpus do petista que aponta suspeição de Moro, avisam colegas do ministro.

O OUTRO COMO A TI MESMO A sensação de que a transferência de Lula marcaria uma “escalada de autoritarismo” fez com que mais de 10 siglas e a cúpula da Câmara reagissem à ordem de Lebbos. Deputados diziam que a violação das prerrogativas de um ex-presidente romperia qualquer limite.

EM BOA HORA O projeto que pune o abuso de autoridade deve ser analisado na próxima semana. Estava previsto, mas “o momento veio a calhar”, dizem líderes de centro.

A possibilidade de Lula ser solto, como pediu a defesa no habeas corpus apresentado na quarta (7) ao STF (Supremo Tribunal Federal), foi afastada por ministros da Corte em conversas preliminares antes do julgamento do caso — o que fez com que o ministro Edson Fachin sequer a levasse ao plenário.

MILAGRE A confusão gerada pela decisão da juíza Carolina Lebbos, da 12ª Vara Federal e responsável pela execução da pena do ex-presidente, de transferir Lula para São Paulo acabou sendo encarada por pessoas próximas ao petista como um mal que vem para o bem: o STF se contrapôs em peso a uma decisão de Curitiba, fato considerado inédito em processos do ex-presidente.

POR POUCO As raras vitórias de Lula no STF são sempre apertadas, e na 2ª Turma do tribunal, ou por decisão liminar.

POR POUCO 2 No caso mais notório, em que a corte julgou o habeas corpus que poderia impedir a prisão do ex-presidente, no ano passado, o placar foi de 6 a 5 — contra ele.

MEIA VOLTA A Câmara dos Deputados deve acelerar a análise do projeto anticrime de Sergio Moro. Mas não necessariamente para apoiá-lo.

SECO A ideia é desidratar parte dele e levar à votação no plenário antes que o governo federal autorize a veiculação de propaganda a favor da proposta.

FORA DO AR Com isso, na visão de parlamentares, Moro não conseguiria usar o palanque publicitário para reforçar sua imagem.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSSIAN

A armadilha do fosso infinito

BRASÍLIA As decisões dos juizes de São Paulo e do Paraná animaram a militância bolsonarista. "O presidiário pode ficar em cela coletiva!", comemorou a deputada Carla Zambelli (PSL). Lula está preso há quase 500 dias, mas alguns de seus opositores ainda estão em busca de revanche.

A discussão desta quarta (7) sobre uma possível transferência do petista de uma sala da Polícia Federal para uma penitenciária comum resume a contaminação do debate público no Brasil. O episódio cavou mais alguns metros no fosso político do país e produziu desgastes em série.

O ex-presidente estava na superintendência da PF em Curitiba por determinação da Justiça. Quando mandou prendê-lo, Sergio Moro afirmou que, em razão do cargo que havia ocupado, Lula deveria começar a cumprir sua pena "separado dos demais presos, sem qualquer risco para a integridade moral ou física".

Um subordinado de Moro achou que isso deveria mudar. O superintendente Luciano Flores disse que a presença do ex-presidente mudou a rotina do prédio e que apoiadores do petista passaram a se aglomerar na região, demandando a presença constante de policiais. Isso acontece há 16 meses, mas só agora o órgão pediu a transferência do preso.

Ao saber que o ex-presidente poderia ser levado para o sistema prisional de seu estado, João Doria (PSDB) tentou passar a mão no troféu. "Ele será tratado como todos os outros presidiários", escreveu. "Se desejar, terá a oportunidade de fazer algo que jamais fez na vida: trabalhar!"

O tom de vingança provocou reação de deputados de vários partidos. Na Câmara, um tucano foi ao microfone e disse que a decisão era absurda. Parlamentares foram ao STF para pedir que o assunto fosse julgado no plenário. Os ministros suspenderam a transferência horas depois.

O caso gera novos atritos. A imagem de Moro se deteriora um pouco mais tanto no Supremo quanto no Congresso. De outro lado, os apoiadores do ex-juiz ganham fôlego para atacar essa aliança. O fosso aumenta a cada dia e parece infinito.

08 AGO 2019

08 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

Deltan usou partido para mover ação contra Gilmar no Supremo

Igor Mello, Gabriel Sabóia, Sílvia Ribeiro e Paula Bianchi

RIO DE JANEIRO | UOL E THE INTERCEPT BRASIL O procurador Deltan Dallagnol, chefe da Lava Jato em Curitiba usou a Rede Sustentabilidade como laranja para extrapolar suas atribuições e propor ação no Supremo Tribunal Federal contra o ministro Gilmar Mendes, segundo mensagens de membros da força-tarefa enviadas por fonte anônima ao site The Intercept Brasil e analisadas em parceria com o UOL.

A articulação, que envolveu o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), resultou em uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) no Supremo para impedir que Gilmar soltasse presos em processos nos quais ele não fosse o juiz da causa.

A negociação foi relatada por Deltan a outros integrantes da força-tarefa a partir de 9 de outubro de 2018 —dois dias depois, a Rede protocolou a ADPF.

Deltan e seus colegas de Lava Jato são procuradores da República. No âmbito do MPF, a atribuição para atuar no Supremo é exclusivamente da procuradora-geral, Raquel Dodge.

Procuradores se queixavam da decisão em que Gilmar mandou soltar o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) e outros 13 investigados pelo Ministério Público paranaense, sem relação direta com a Lava Jato.

“Resumo reunião de hoje: Gilmar provavelmente vai expandir decisões da Integração pra Piloto. Melhor solução alcançada: ADPF da Rede para preservar juiz natural”, escreveu Deltan no grupo Filhos do Janeiro 3, no aplicativo Telegram, composto por membros da força-tarefa.

A reportagem manteve as grafias das mensagens, mesmo que contenham erros ortográficos, gramaticais ou de informação.

“Randolfe: super topou. Ia passar pra Daniel, assessor jurídico, já ir minutando. Falará hoje com 2 portavozes da Rede para encaminhamento, que não depende só dele”, disse Deltan no mesmo grupo duas horas depois.

Questionada, a força-tarefa em Curitiba voltou a afirmar que não reconhece a autenticidade das mensagens. “Tratando do tema em abstrato, é plenamente lícito o contato com entidades da sociedade civil, públicas e privadas, inclusive, o fornecimento de informações públicas e análises, para defender o interesse social nos temas de atuação do Ministério Público.”

Randolfe e a Rede, em nota conjunta, negaram que o partido tenha sido usado pelos procuradores.

“No caso em apreço, a ação citada foi ajuizada após o ministro Gilmar Mendes ter concedido habeas corpus de ofício a Beto Richa e outros ‘ilustres’ investigados, burlando as regras de sorteio de relatoria do STF e se convertendo numa espécie de ‘Liberador-Geral da República’. Repudiamos essa decisão, que causou enorme embaraço ao Tribunal, por convicção de que ela reflete uma postura de leniência com corruptos poderosos e não um compromisso autêntico com o devido processo legal: o ajuizamento da ADPF nº 545 se deu exclusivamente por este motivo”.

TIROTEIO

“Apesar do valor de Dallagnol, ele abusou de um poder que não tem, sendo justa a irritação de Gilmar Mendes

Do jurista Ives Gandra Martins, sobre as mensagens que apontam ações e planos de membros da Lava Jato contra ministros do STF

08 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

Witzel quer que usuário de drogas cate lixo na praia

RIO DE JANEIRO O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), disse que sua administração está “trabalhando junto aos juizes” para que o usuário de drogas levado à delegacia seja condenado a catar lixo na areia da praia.

Recentemente, Witzel, que é ex-juiz, já havia afirmado que qualquer pessoa flagrada fumando maco-nha na praia ou utilizando qualquer tipo de entorpe-cente será conduzida imediatamente para a delegacia. A nova declaração foi dada em entrevista à atriz Antonia Fontenelle, publicada nesta segunda (5).

Ele afirmou que, de acordo com o artigo 28 da Lei de Drogas, o usuário não será preso, mas sim conduzido à delegacia para ser fichado e para que seja marcada uma audiência com o juiz.

Segundo o artigo 28, a prestação de serviços à comunidade deve ser cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos.

BRF recebe condenação por recusar atestados médicos

SÃO PAULO A BRF foi condenada pela Justiça por recusar atestados médicos de trabalhadores de sua unidade em Chapecó (SC).

Na decisão de 17 de julho, da 1ª Vara do Trabalho do município, o juiz diz que a empresa “mantém a prática de recusar ou reduzir atestados médicos externos de seus empregados, sem qualquer justificativa, efetuando descontos dos dias respectivos dos salários”.

A ação civil pública foi proposta pelo Sitracarnes (Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó).

O presidente da entidade, Jenir Ponciano de Paula, estima que mil empregados, dos 5.000 que trabalham no frigorífico, foram afetados. Cerca de 150 atestados foram anexados ao processo, de acordo com o advogado do sindicato, Paulo Lemgruber.

O juiz condenou a empresa a pagar duas vezes o último salário do trabalhador para cada funcionário atingido. A decisão determina ainda que a empresa se abstenha de recusar ou reduzir atestados.

A BRF afirmou, em nota, que está recorrendo da decisão em 1ª instância.

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Paranaense no CNJ

O ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, foi indicado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para compor o CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A vaga do magistrado paranaense é destinada a desembargador de Tribunal de Justiça, nos termos do art. 103-B, IV, da Constituição Federal. A sessão administrativa ocorreu nessa quarta-feira (7), no plenário do STF. O desembargador Keppen concorreu à indicação com outros 22 magistrados de tribunais de Justiça de todo o país, que submeteram os seus nomes e currículos à apreciação dos ministros da Suprema Corte. Agora, a indicação segue para o Senado Federal, onde será submetida à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

Promotora é condenada a pagar multa por favorecimento a empresários

Solange Vicentin terá que arcar com R\$ 100 mil sob a acusação de ter atuado para favorecer construtora em empreendimento do Minha Casa, Minha Vida na zona leste; juiz nega perda do cargo

Rafael Machado

Reportagem Local

O juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, condenou a promotora Solange Vicentin, o empresário Max Lobato Sales e a instituição dele, a Sena Construções Ltda., por insistir com órgãos da prefeitura, como a Secretaria de Obras e o Ippul (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano), na aprovação de um loteamento na Gleba Lindoia, zona leste. O caso aconteceu em 2010, quando ela atuava na Promotoria do Meio Ambiente.

Conforme a decisão, os réus terão que pagar multa de R\$ 100 mil por improbidade administrativa. Além disso, tiveram os direitos políticos suspensos por três anos. O juiz, que já havia decretado o bloqueio de bens dos acusados, negou a perda do cargo para a promotora, que “não atuou visando a obter qualquer tipo de vantagem pessoal”, como detalhou Vieira na sentença, expedida na última terça-feira (6).

“No caso, o que importa é que ela (Solange) agiu com consciência de que suas intervenções beneficiavam a empresa e manifestou a vontade livre de praticar esse atos. São comportamentos que atentam sim contra os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade, além de violar os deveres de lealdade à instituição do Ministério Público”, escreveu o magistrado.

O CASO

Segundo a denúncia, a construtora protocolou um requerimento em novembro de 2011 no Ippul para instalar um empreendimento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida do governo federal, no chamado Morro dos Carapatos, na região leste. Após mudanças no Código Ambiental da cidade, a legislação impôs à loteadora a transferência ao domínio do Município de uma faixa não edificável de 30 metros.

A partir daí, “o processo administrativo teve acirrada controvérsia”, como escreveu o juiz na sentença.

Enquanto a empresa defendia que o protocolo assegurava o direito de ter o projeto aprovado segundo a normativa da época, a Procuradoria-Geral da prefeitura se posicionou contra a medida.

Em uma reunião no gabinete do ex-prefeito Alexandre Kireeff em 2012, a promotora teria constrangido uma servidora da Cohab (Companhia de Habitação de Londrina), “cobrando-lhe agilidade na liberação do empreendimento e tratamento privilegiado para o empresário Max Lobato Sales”. A funcionária pública reforçou o teor da acusação em depoimento à Justiça de que Solange Vicentin teria pressionado para a aprovação do projeto.

A defesa de Max Lobato Sales e da Sena Construções informou que só vai se manifestar no processo.

Solange Vicentin apenas afirmou à FOLHA que considera a decisão absurda e vai recorrer em instâncias superiores.

“Tenho certeza de que serei absolvida”, comentou promotora ao ser procurada pela reportagem.

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Desconforto geral

O que se pode dizer das consequências dos relatos do Intercept Brasil é que há desconforto geral nos meios judiciais, não se podendo e nem se devendo configurar neutralidade dos seus integrantes. Ocorre que não se pode ver a Lavá Jato como um fato comum na vida brasileira, ainda que por sua natureza tenha ganho característica de auto de fé, deformidade humana admissível em tais circunstâncias. Afinal, o nosso padrão era o da acomodação, com práticas sistêmicas de corrupção e impunidade: havia uma cultura estabelecida nesse sentido, daí o espanto dos avanços com as prisões prolongadas de gigantes do mundo empresarial que davam sustento à atividade política.

Obviamente, as ações ganharam a conotação, pouco racional, da cruzada e com ela distorções inevitáveis. Alguns dos desvios foram corrigidos, mas no interior das operações se captava um certo sentido messiânico nos efeitos mais imediatos e gerando suspeitas extremas em tudo que pudesse expressar contradição imediata. Aquilo que parecia consagrar o conjunto dos envolvidos pode se tornar suspeita generalizada.

Vamos perder a oportunidade de fixar novos marcos à vida brasileira em função do que já foi colhido ou botar tudo a perder face aos desvios comportamentais que não parecem suficientes para comprometer ganhos civilizatórios e ainda chegarmos lá na frente com a hipocrisia de uma anistia geral ao caixa dois, aspiração final de uma fauna que se recusa a mudar de hábitos e que desde o início se empenha em melar seus propósitos?

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

Supremo veta

transferência de Lula

de Curitiba para presídio

em São Paulo

Pedido havia sido feito pelo superintendente da Polícia Federal e acatado por um juiz de SP.

Defesa do petista recorreu ao STF

Defesa de Lula havia pedido primeiro que ele fosse solto, o que foi negado pelo ministro Edson Fachin

Reynaldo Turolo Jr.

Folhapress

Brasília - Por 10 votos a 1, o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a transferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para um presídio comum em São Paulo, o que havia sido autorizado na manhã dessa quarta-feira (7) pela Justiça Federal e ratificado em seguida por um juiz de São Paulo.

Lula está preso desde 7 de abril de 2018 em uma cela especial na sede da PF em Curitiba. A transferência de Lula foi um pedido do superintendente da Polícia Federal, Luciano Flores, que argumenta que a prisão do petista altera a rotina do prédio da PF. A maioria dos ministros acompanhou o voto de Edson Fachin, relator da petição formulada pela defesa do petista no início da tarde desta quarta.

A defesa pediu primeiramente que Lula fosse solto - o que foi negado por Fachin e,

em caso negativo, que permanesse preso na sede da PF na capital paranaense - o que foi atendido.

Além de Fachin, votaram nesse sentido os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente da corte, Dias Toffoli.

Somente o ministro Marco Aurélio divergiu, sob o argumento de que não cabia à corte apreciar o pedido da defesa antes de ele tramitar pelas instâncias inferiores da Justiça.

A análise da petição de Lula entrou às pressas na pauta do plenário porque Toffoli a apresentou para ser julgada imediatamente - no jargão jurídico, o magistrado levou o caso em mesa. Minutos antes, Toffoli havia recebido, em audiência no Supremo, parlamentares da Câmara e do Senado, de vários partidos, que criticaram a decisão da Justiça Federal de Curitiba de autorizar a transfe-

rência de Lula neste momento.

Presente à sessão plenária, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, opinou pela manutenção de Lula na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

Um dos advogados de defesa de Lula, Manoel Caetano afirmou que o ex-presidente "recebeu com serenidade" a decisão do Supremo. "Ele [Lula] estava indignado. A prisão, como todos nós sabemos, é injusta", disse Caetano a jornalistas na noite dessa quarta após visitar o petista em Curitiba. "Como era de se esperar, e a defesa acreditava, o Supremo Tribunal Federal acabou, ainda que parcialmente nesse momento, fazendo justiça e corrigindo um equívoco que havia sido cometido pela Justiça Federal aqui no Paraná."

CONTINUA

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

HABEAS CORPUS

A petição da defesa de Lula, enviada ao STF nesta quarta, foi no âmbito de um habeas corpus que sustenta a falta de imparcialidade do ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro, hoje ministro da Justiça. O habeas corpus começou a ser julgado pela Segunda Turma do STF em dezembro de 2018, ocasião em que Gilmar Mendes pediu vista.

A Segunda Turma retomou o julgamento em junho, mas não o concluiu. A expectativa é que esse habeas corpus seja julgado ainda neste ano. Apesar de não constar do pedido inicial de habeas corpus, formulado no ano passado, o vazamento de mensagens trocadas entre procuradores da Lava Jato e Sergio Moro deve acalorar o debate sobre a eventual suspeição dele.

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Tribunal político ataga Lula e adverte a Lava Jato

O Supremo Tribunal Federal (STF) agiu, nesta quarta (7), como uma corte política: cancelou tudo, suspendeu a pauta e passou o caso Lula à frente de milhares de outros só para anular a decisão da juíza de 1ª instância que determinara a transferência do ex-presidente condenado por ladroagem para São Paulo, seu domicílio, como prevê a lei. De quebra, ministros mal disfarçaram a intenção de “mandar recado” ou fazer uma advertência à Lava Jato, mostrando quem manda no País.

Só para poderosos

Com sua atitude, o STF mostrou que o Brasil continua o mesmo: um País onde os poderosos merecem tratamento diferenciado na Justiça.

Estava escrito

O ministro Marco Aurélio até lembrou que o STF não é tribunal revisor de sentenças de primeira instância. Mas a decisão estava tomada.

Defesa institucional

A decisão do STF foi influenciada pela tentativa, atribuída à Lava Jato, de investigar ilegalmente os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Solidariedade à colega

Referências agressivas à ministra Cármen Lúcia, também atribuídas a Lava Jato, irritaram muito os ministros, que a têm em altíssima conta.

08 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

Petrobras cancela contrato com presidente da OAB

São Paulo - A Petrobras enviou na terça-feira (6) uma carta ao escritório de advocacia do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, comunicando que está cancelando o contrato que mantinha com ele.

O escritório atuava em causas trabalhistas. No ano passado, venceu uma causa estimada em R\$ 5 bilhões que seriam pagos como horas extras atrasadas a funcionários embarcados nas plataformas de petróleo da estatal.

"Era uma ação rescisória, algo como ressuscitar alguém que morreu. Eu salvei a empresa na causa trabalhista mais grave que ela já enfrentou", afirma Santa Cruz. Ele adianta que entrará na Justiça com uma ação para reparação de danos. "Há claramente uma perseguição política em curso", diz.

A Petrobras não quis comentar o caso. O advogado foi atacado na semana passada por Jair Bolsonaro.

Ao reclamar que a entidade tinha entrado com uma ação para impedir a quebra do sigilo telefônico do defensor de Adélio Bispo, que o esfaqueou na campanha eleitoral do ano passado, o presidente afirmou que, se Santa Cruz quisesse saber como o pai, Fernando Santa Cruz, desapareceu durante a ditadura militar, poderia contar.

O presidente da OAB foi ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedir esclarecimentos de Bolsonaro, que tem duas semanas para explicar suas afirmações.

O presidente Jair Bolsonaro defendeu nessa quarta-feira (7) a revisão dos contratos de advocacia e publicidade da Petrobras e disse que não era nem para ter sido firmado um acordo com o escritório de advocacia do presidente da OAB. "Eu havia falado já, nem era para ter esse contrato. Não é porque era ele, é porque a Petrobras não precisa disso: dar dinheiro para um cara da OAB que recebe recursos bilionários e não é auditado por ninguém."

0 AGO 2019

BEMPARANÁ

Gaeco mira mais 22 empresas em esquema de propina

MP cumpriu 32 mandados e prendeu quatro pessoas em 6ª fase de operação

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público estadual cumpriu ontem 32 mandados de busca e apreensão em Curitiba, Campo Largo, Cascavel e Castro, na sexta fase da Operação Quadro Negro, que investiga desvios de dinheiro público em obras de construção e ampliação de escolas. A nova etapa envolve 22 empresas que mantinham contratos com o Estado e teriam participado do esquema de pagamento de propina a políticos e agentes públicos entre os anos 2012 e 2015, durante a administração do ex-governador Beto Richa (PSDB).

As buscas foram realizadas nas residências de 29 empresários e de dois ex-servidores públicos, a partir de mandados expedidos pela 9ª Vara Criminal de Curitiba a pedido do MP. Segundo a promotoria, foram apreendidos celulares, computadores, documentos e US\$ 6 mil em dinheiro. Houve ainda quatro prisões em flagrante, na Capital, duas por posse ilegal de arma de fogo, uma por posse de munição e outra por desacato.

Comando - Segundo o coordenador do Gaeco, procurador Leonir Batisti, o esquema é o mesmo já investigado nas fases anteriores da operação, que mirou a construtora Valor. “A apuração é de que houve pagamento de propina para proporcionar desvio de dinheiro público na construção e ampliação das escolas”, disse Batisti. “Tínhamos (apurado) já desde a primeira fase, a partir do governo do Estado, servidores públicos, o ex-governador, que por meio dessa situação



Obra de escola investigada na Quadro Negro: desvio de R\$ 20 mi

receberiam propina, que era distribuída para desvio de dinheiro consistente na não realização de obras, mas no pagamento. O próprio Tribunal de Contas determinou que em algumas escolas haviam sido feitas apenas 5%, 10% das obras e recebido 70%”, explicou o procurador.

De acordo com o MP, o esquema seria comandado pelo ex-governador Beto Richa (PSDB), e teria desviado pelo menos R\$ 20 milhões. Segundo os promotores, operadores do esquema relacionados ao tucano recebiam dinheiro para favorecer empresas nas licitações e na concessão de aditivos contratuais às mesmas. Em contrapartida, as empresas recebiam pagamentos por obras não realizadas, ou feitas apenas parcialmente.

Obstrução - Richa chegou a ser preso em março deste ano, acusado pelo MP de tentar obstruir as investigações. Segundo o Gaeco, ele teria pedido que o ex-diretor da Secretaria de

Estado da Educação, Maurício Fani ni, delator do caso, “excluisse de todo e qualquer dispositivo eletrônico que possuísse os registros de fotos, vídeos e comunicações entre ambos”. O ex-governador teria ainda orientado o empresário Jorge Atherino, apontado como um dos operadores financeiros do tucano, a pagar mesada a Fani ni para que ele não fechasse acordo de delação. O tucano acabou sendo solto por determinação do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR).

Em abril, Richa virou réu no processo depois que o juiz Fernando Bardelli Silva Fischer, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, aceitou a denúncia do MP contra o tucano pelo crime de corrupção passiva e por obter vantagem indevida em contrato de licitação. O ex-governador já responde também pelos crimes de obstrução de justiça, corrupção, organização criminosa e prorrogação indevida de contrato de licitação no âmbito da mesma operação.

08 AGO 2019

BEMPARANÁ

Indicado

O Supremo Tribunal Federal (STF) indicou o desembargador **Luiz Fernando Tomasi Keppen**, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A vaga do magistrado paranaense é destinada a desembargador de Tribunal de Justiça, conforme a Constituição Federal.



Sabatina

Keppen concorreu à indicação com outros 22 magistrados de Tribunais de Justiça de todo o País, que submeteram seus nomes e currículos à apreciação dos ministros da Suprema Corte. Agora, a indicação segue para o Senado Federal para que seja submetida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na CCJ, o desembargador será sabatinado e, se aprovado, o seu nome será submetido à apreciação do Plenário, onde é necessária maioria absoluta para aprovação final, ou seja, 41 votos dentre os 81 Senadores. Em seguida, o Senado encaminha essa indicação final para sanção da Presidência da República.

BEMPARANÁ 08 AGO 2019

Caminhada em Curitiba marca os 13 anos da Lei Maria da Penha

Ação lembra que a lei define a proteção contra qualquer tipo
de violência doméstica e familiar

Cerca de 300 curitibanas caminharam juntas na rua XV de Novembro, ontem, num ato pelos 13 anos da Lei Maria Penha e de alerta ao combate à violência doméstica. Após a caminhada, o grupo se concentrou na Boca Maldita. A ação de conscientização foi para lembrar que a lei define a proteção das mulheres contra qualquer tipo de violência doméstica e familiar.

“A lei Maria da Penha garante que os agressores sejam presos em flagrante ou que tenham a prisão preventiva decretada”, afirmou Elenice Malzoni, assessora de Direitos Humanos e Política para Mulheres da Prefeitura. Ela lembra que, anteriormente, as penalidades eram brandas, como pagamento de multas e serviço comunitário. A criação da lei encorajou as denúncias e ajuda a salvar vidas diariamente.

Entende-se como violência doméstica não somente aquela cometida por companheiros (as), mas outros membros da família como filho, pai, tio e irmão. Além da agressão física, a legislação compreende violência psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Outro avanço importante que a legislação trouxe é a proteção de todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino, como mulheres transexuais e mulheres em relacionamentos homoafetivos.

Militantes de outros movimentos, como o de mulheres negras, o de transexuais e o de pessoas com deficiência, também estiveram presentes na caminhada em Curitiba. “Quero lembrar que as mulheres negras são as que mais morrem no país. Além do machismo, precisamos falar do racismo. Vidas negras também importam”, disse Telma Mello, líder do movimento de mulheres negras de Curitiba.

LEI MARIA DA PENHA

A lei nº 11.340 ganhou o nome de “Lei Maria da Penha” devido à luta da farmacêutica Maria da Penha para ver seu agressor condenado.

Prisão do suspeito de agressão

Violência doméstica passa a ser um agravante para aumentar a pena

Não é possível mais substituir a pena por doação de cesta básica ou multas

Ordem de afastamento do agressor à vítima e seus parentes

Assistência econômica no caso da vítima ser dependente do agressor

O que fazer quando em casos de relacionamento abusivo?

Procure um serviço de acolhimento antes mesmo do registro da ocorrência policial, abertura de inquérito e ação na justiça especializada. Isso faz com que a pessoa se sinta mais segura para dar os passos seguintes.

A vítima poderá procurar atendimento psicológico especializado ou ainda buscar ajuda na Casa da Mulher Brasileira, nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), nas administrações regionais da Prefeitura e nas unidades de saúde e hospitais de referência de Curitiba.

Homens ‘se sentem intimidados’, diz Moro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, afirmou ontem que os homens praticam violência contra mulheres por se sentirem “intimidados” com o “crescente papel” delas na sociedade. A declaração foi feita durante cerimônia de assinatura do “Pacto pela Implementação de Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres”, em Brasília, em comemoração dos 13 anos da entrada em vigor da Lei Maria da Penha. A afirmação foi reproduzida no site do ministério, na página da Agência Brasil e no twitter pelo próprio Moro.

“As mulheres são melhores que os homens. O maior número de crimes violentos é cometido pelos homens e não pelas mulheres. O mundo está mudando e por conta dessa intimidação recorreremos à violência para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe”, disse o ministro.

“Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe”, repetiu Moro no Twitter.

BEMPARANÁ

#CASO DANIEL

Allana Brittes deixa presídio em Piraquara

0

AGO 2019

Allana Brittes, 18 anos, filha de Edison Brittes, o assassino confessado do jogador Daniel Correia Freitas, Allana Brittes, deixou a prisão no início da tarde de ontem. Presa na Penitenciária Feminina de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), desde novembro de 2018, ela conseguiu um habeas corpus em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na tarde de terça-feira (6). A decisão foi unânime dos cinco ministros da 6ª Turma do STJ. Ela é ré junto com outras seis pessoas no crime de homicídio do jogador Daniel, em 27 de outubro do ano passado.

Allana terá que cumprir medidas cautelares, entre elas o comparecimento periódico em juízo, proibição de acesso a alguns lugares e não pode manter contato com os réus do processo. Ela também não poderá ausentar da comarca onde reside, no caso São José dos Pinhais, e do país de origem.

O advogado de defesa, Claudio Dalledone Junior e Renan Pacheco Canto, emitiram uma nota sobre a decisão do STJ: "A concessão da liberdade de Alana Brittes é recebida com serenidade pela defesa, que sempre acreditou que na justiça. O reconhecimento deste constrangimento ilegal é o primeiro passo para começar a desfazer os factoides criados no caso. Aos poucos tudo será esclarecido, sem generalizações"

A partir do dia 13 de agosto, na 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, os sete acusados do crime prestarão depoimentos. Na oportunidade, serão ouvidos Edison Luiz Brittes Junior, que confessou o crime, Eduardo Henrique Ribeiro da Silva, Ygor King, David Willian Vollero da Silva, Allana Brittes, Cristiana Rodrigues Brittes e Evellyn Brisola Perusso.

08 AGO 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Para cumprir teto, STF terá de reduzir gastos em R\$ 92 milhões

Presidente Dias Toffoli prevê orçamento de R\$ 686,7 milhões; valor engloba despesas com pessoal e investimentos

BRASÍLIA

A tesoura chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Para se adaptar às limitações impostas pela emenda constitucional do teto de gastos, a equipe do presidente Dias Toffoli elaborou uma proposta orçamentária de R\$ 686,7 milhões, uma queda de aproximadamente R\$ 92 milhões em relação ao orçamento de 2019. O valor engloba tanto as despesas primárias (pessoal, custeio e investimentos) quanto as financeiras (contribuições previdenciárias).

A proposta de Toffoli não prevê reajuste salarial para os ministros da Corte.

O tema será discutido pelos integrantes da Corte em sessão administrativa na próxima quarta-feira. Após a aprovação, é enviado ao Congresso Nacional, que analisa a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O teto de gastos, aprovado em 2016 pelo Congresso, previa um período de transição de três anos para o Judiciário, que terá de se adaptar agora plenamente às imposições – antes, o governo cobria eventual estouro nos gastos.

Ao longo dos últimos meses, o Supremo entrou na mira da Justiça após uma série de gastos, como o contrato de R\$ 481,7 mil que prevê compra de lagostas e vinhos para refeições a serem servidas a autoridades, conforme mostrou o **Estado**.

A administração de Toffoli decidiu, por exemplo, abrir recentemente uma licitação para trocar as cortinas dos três andares do edifício-sede da Corte, onde funciona o gabinete do ministro. Por um valor total estimado em R\$ 1,8 milhão, o tribunal

Despesas

R\$ 29,5 mi

é o valor que havia sido gasto de janeiro a maio deste ano pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com despesas que incluíam a compra de veículos blindados, troca de telefones fixos, reforma do gabinete da presidência e refeições.

pretende instalar cortinas motorizadas do tipo rolô, acionadas por controle remoto.

Segundo apurou a reportagem, os gastos da atual administração foram acelerados justamente para se antecipar às limitações impostas pela emenda constitucional a partir de 2020.

A previsão de gasto milionário com as novas cortinas chamou a atenção de servidores, que se queixam de problemas de manutenção em elevadores e banheiros do tribunal. Na segunda-feira retrasada, o sistema interno de comunicação do STF informava que a alimentação de água de um dos edifícios anexos seria “interrompida em caráter urgente e emergencial”, que o sistema de ponto eletrônico estava fora do ar e que o portal de informações gerenciais se encontrava “indisponível”.

Procurado pela reportagem, o STF alegou que a aquisição das cortinas está relacionada com a licitação para a reforma das esquadrias do edifício-sede, estimada em R\$ 6,5 milhões. “Com a reforma das esquadrias, as cortinas terão que ser retiradas e não será possível reaproveitá-las. A execução desse contrato se dará apenas em 2020, após o encerramento da obra de restauração”, informou o tribunal.

Em maio, o **Estado** informou que os gastos previstos pela gestão de Toffoli já chegavam a R\$ 29,5 milhões, com a compra de veículos blindados, a troca de aparelho de telefone fixo, a reforma no gabinete da presidência do tribunal e refeições com lagosta e rótulos de vinhos agraciados com premiações internacionais.

Histórico. Em 2019, sob a pressão de entidades da magistratura, o STF aprovou a inclusão de um reajuste 16,38% no salário dos próprios ministros na proposta que foi encaminhada ao governo federal.

O reajuste acabou sancionado pelo então presidente Michel Temer, que aumentou o salário dos ministros do STF de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,32 (um salto de R\$ 5,5 mil), em meio à articulação para restringir o alcance do auxílio-moradia. / R.M.M.

O ESTADO DE S. PAULO VERISSIMO

O poder cínico

08 AGO 2019

Com um abano para o filósofo alemão Immanuel Kant, esta crônica poderia ter o mesmo título da sua obra mais importante, *Crítica da Razão Pura*, com uma única mudança: em vez

de “razão pura”, “puro cinismo”. Immanuel Kant escreveu sobre os limites do conhecimento humano, sobre física versus metafísica, sobre o saber intuitivo e o saber empírico. Se eu quisesse aproveitar seu título não precisaria ir a esferas tão altas para minha crítica nada filosófica, bastaria ler os jornais do dia. Quando o presidente Bolsonaro substituiu quatro membros da Comissão da Verdade por quatro membros escolhidos por, notoriamente, não terem o menor interesse em esclarecer os crimes da ditadura, e justifica a mudança porque o governo agora é de direita e a direita, deduz-se, não quer saber de verdade, chegamos a um grau de cinismo destilado, puro cinismo, que deixa para trás todas as suas manifestações anteriores. A direita tem todo o direito, conquistado nas urnas, de querer mudar a História, esquecer as vítimas da ditadura e os desaparecidos e não falar mais nisso. Só o que se pede ao presidente e aos generais que, cargo a cargo, vão ocupando o poder é que na sua tentativa de apagar o passado de uma vez por todas tenham um pouco de pudor, gente. Ainda tem mães procurando filhos que desapareceram.

Mas eu tinha decidido não praticar mais o que se poderia chamar de jornalismo reativo, que consiste em apenas esperar a última do Bolsonaro e reagir. Como não passa semana sem que ele apronte uma, nunca haveria o risco de faltar assunto, só o risco de encher o saco do leitor. Que teria razão em reclamar: não basta ter o Bolsonaro no Planalto todos os dias, ainda temos que aguentá-lo dominando o noticiário, os comentários, as opiniões, os prós e os contras dos jornais e das revistas, todos os dias e todas as semanas? Resolvi dar uma folga aos meus 17 leitores. Prometo não citar o nome do Bolsonaro nem que ele nomeie o Queiroz como conselheiro da embaixada brasileira em Washington. Só não sei por quanto tempo vou conseguir me controlar.

08 AGO 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Dívida da Atvos será paga com dividendos e ações

Entregue na terça, plano de recuperação judicial de empresa de açúcar e álcool da Odebrecht tem de passar pelos credores

O plano de recuperação da Atvos, entregue na noite de terça ao Tribunal de Justiça de São Paulo, prevê pagamento de parte da dívida de R\$ 15,5 bilhões com três fontes de receita: dividendos gerados pela empresa, títulos de dívida e participação na companhia. Em nota, a empresa de açúcar e álcool do grupo Odebrecht afirmou que prevê reduzir de seis para menos de três vezes o valor da dívida em relação à geração de caixa, transferindo parte dos débitos das unidades operacionais. O pedido de recuperação judicial foi feito em maio.

Essa mudança inclui valores devidos a bancos, que representam 92% do total da dívida. Segundo fontes ligadas à companhia, 60% dos R\$ 15,5 bilhões serão pagos com dividendos, obedecendo os prazos de carência. Os demais 40% permanecem como dívida, com pagamentos parcelados.

Como determina a lei, os créditos trabalhistas terão prioridade. A empresa se compromete a quitar os valores em até 12 meses.

Em relação aos fornecedores e parceiros agrícolas, a Atvos propõe que o pagamento seja realizado em até três anos. A proposta para os credores com garantia real é pagar o montante em duas fases. A primeira, correspondente a 65% do total, têm carência de 5 anos para pagamento do principal e de 3 anos para os juros. A segunda, equivalente a 35%, será paga com títulos de dívida da Atvos ou com participação na empresa.

Para os credores financeiros, sem garantia real, o plano também deve ser dividido em duas fases. O pagamento de 25% ocorreria sobre o valor principal e de três anos para os juros. Em ambos os casos haverá parcelamento.

Segundo a proposta, o equilíbrio financeiro, que prevê caixa de R\$ 800 milhões ao ano, permitirá à Atvos seguir com seu plano de negócios. A proposta de recuperação judicial precisa ser aprovada pelos credores. / R.P.

08 AGO 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Destino de Lula agitou bastidores em São Paulo

O Palácio dos Bandeirantes preparava uma sala de estado-maior para Lula, provavelmente no quartel da cavalaria, quando foi surpreendido pela decisão da Justiça de mandar o ex-presidente para Tremembé. Iniciou-se, então, um debate no primeiro escalão do governo sobre os riscos da permanência de Lula sob custódia do sistema prisional paulista. No fim do dia, prevalecia a ideia de que o presídio do interior preenchia os requisitos: fora do domínio do PCC, segurança, biblioteca, aulas, mas que seria uma tensão constante para João Doria (PSDB).

SÔNIA RACY

Segundo round

Com a decisão de se transferir Lula para Tremembé, em SP – horas depois cancelada no STF – já se pergunta quanto falta para o TRF-4, em Porto Alegre, dar sua sentença sobre o caso de Atibaia.

A apelação da defesa está desde final de junho, pelo que se apurou, nas mãos do relator do processo, **Pedro Gebran Neto** – sem prazo para decidir. Dele, o processo segue para um revisor, que avaliará em detalhes tudo de novo.

Segundo round 2

Só depois disso o caso será pautado para julgamento final na 8.ª Turma do TRF gaúcho. “A sentença pode sair em um mês ou ficar para o ano que vem”, resume fonte da coluna.

Terceiro round

No horizonte, outro prazo incerto para Lula: a discussão sobre prisão em segunda instância no STF, que **Toffoli** desmarcou, mas pode remarcar a qualquer momento.

TRIBUNA DO PARANÁ

EM 08 AGO 2019

LIBERDADE

Allana Brittes vai responder o processo pelo assassinato do jogador Daniel fora da prisão

Allana Brittes foi liberada, por volta das 14h45 de ontem, da Penitenciária Feminina de Piraquara, onde estava presa desde o dia 31 de novembro de 2018. Allana é acusada de coação, fraude processual e corrupção de adolescente, no caso da morte do jogador Daniel Freitas, em outubro de 2018. Allana ganhou a liberdade após seus advogados conseguirem um habeas corpus com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu que há medidas cautelares mais eficientes que a prisão preventiva.

Livre, Allana Brittes terá que cumprir algumas medidas impostas pela Justiça. Ela terá que comparecer periodicamente em juízo para informar e justificar suas atividades; não poderá ter acesso ou frequência a determinados lugares; fica proibida de manter contato com os demais corréus e com qualquer pessoa relacionada aos fatos objeto da investigação e ação penal.

Além disso, não poderá se ausentar da comarca de São José dos Pinhais, bem como deixar o país.

Havia expectativa de que ela fosse solta ainda na última terça-feira. Porém, por conta do encerramento do expediente judiciário, o alvará ficou para ontem. Ela estava presa junto com a mãe Cristiana Brittes. Fora da prisão, Allana deve permanecer na região de Curitiba, mas não se sabe se ficará em São José dos Pinhais, onde morava com a família.

08 AGO 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

LULA FICA

EM CURITIBA

STF não autorizou a transferência do ex-presidente para o presídio de Tremembé, no interior de São Paulo

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a decisão da juíza Carolina Lebbo, da 12ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que autorizou a transferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a penitenciária 2 em Tremembé, no interior de São Paulo.

O petista está preso na Superintendência da Polícia Federal, no Santa Cândida, em Curitiba, desde abril de 2018. Ele cumpre pena de 10 anos, 8 meses e 20 dias pelo processo do triplex do Guarujá.

Os ministros da Corte seguiram o parecer do relator da Lava Jato, Edson Fachin, que mais cedo deferiu parcialmente o recurso da defesa de Lula contra a transferência. O parecer foi

acompanhado também pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

Fachin indicou que Lula deve continuar preso na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba até a decisão definitiva do caso, pela Segunda Turma do STF, colegiado responsável por julgar os casos da Operação Lava Jato.

Mais cedo, a defesa de Lula havia pedido ao STF para anular a decisão do juiz Paulo Eduardo de Almeida, da Justiça estadual de São Paulo, que determinou que o ex-presidente fosse levado para a Penitenciária 2 de Tremembé, no interior paulista, após a Justiça Federal do Paraná ter autorizado a transferência.

Os advogados também queriam manter a prisão de Lula em uma sala espe-

cial da Polícia Federal (PF) em Curitiba, pedido que foi aceito liminarmente pela Corte. A liberdade de Lula também foi solicitada, mas não chegou a ser analisada pelo plenário.

pedido da PF

O pedido de transferência foi feito pela Polícia Federal. De acordo com a PF, a redução de gastos e do uso do efetivo seriam as principais razões para a saída de Lula da carceragem em Curitiba. Conforme a corporação, seria também motivada pela mobilização criada em torno do local, desde que o ex-presidente está lá. "Devolvendo à região a tranquilidade e livre circulação para moradores e cidadãos que buscam serviços prestados pela Polícia Federal".

08 AGO 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mulheres vítimas de violência podem ganhar prioridade em separação

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem, dia em que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) completou 13 anos, o projeto de lei da Câmara (PL 510/2019) que assegura prioridade nos processos judiciais de separação ou divórcio à mulher vítima de violência doméstica. O texto vai à votação no plenário da Casa em regime de urgência, ainda sem data definida.

“É mais uma medida que se soma na defesa da mulher, na redução da violência doméstica e nessa necessidade que temos de uma civilização moderna e humana”, destacou o relator da matéria, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

INDÚSTRIA E COMÉRCIO 08 AGO 2019

FÁBIO CAMPANA

O bicho pegou de novo

Quando tudo parecia mais risonho e calmo para o pessoal que naufragou na Operação Quadro Negro, o Gaeco voltou firme para cumprir 32 mandados de busca e apreensão nesta manhã de ontem, 7, em residências de empresários e sedes de construtoras envolvidas nas licitações para a obras de reforma e construção de escolas estaduais no Paraná. A ação faz parte da 6ª fase da Operação Quadro Negro, que investiga irregularidades em obras de reforma e construção de escolas estaduais do Paraná.

A nova operação é extensa. Foram 27 alvos em Curitiba, três em Cascavel, no Oeste do Paraná, e um em Campo Largo. Não há mandados de prisão, mas uma pessoa foi presa por desacato a autoridade. De acordo com o Ministério Público do Paraná (MP-PR), o esquema era chefiado pelo então governador Beto Richa (PSDB), e desviou cerca de R\$ 20 milhões.

O ex-governador Beto Richa foi preso preventivamente em março por obstrução de justiça. Duas semanas depois foi solto por decisão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, que considerou que os fatos que levaram à prisão de Richa eram antigos. Ao todo, sete processos criminais integram a operação.

STF suspende

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na tarde desta quarta-feira manter o ex-presidente Lula preso na sede da Polícia Federal, em Curitiba (PR), onde está desde abril de 2018. Relator do habeas corpus impetrado no Supremo, o ministro Edson Fachin, que é relator da Lava-Jato, negou o pedido de liberdade feito pela defesa do petista, mas decidiu conceder o impedimento da transferência para o presídio de Tremembé, em São Paulo. Fachin votou por suspender transferência e foi acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Luiz Roberto Barroso.

Lula contesta

Os advogados de defesa de Lula pediram a suspensão de sua transferência de Curitiba para a penitenciária de Tremembé, em São Paulo, antes do julgamento de pedido de habeas corpus. Em nota, o advogado Cristiano Zanin Martins criticou a decisão da juíza Carolina Lebbos, da 12ª Vara Federal em Curitiba, e afirmou que tomará todas as medidas necessárias para assegurar direitos do ex-presidente.

A favor de Deltan

Rosângela Moro usou as redes sociais nesta madrugada de quarta-feira para sair em defesa do chefe da Lava-Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, que pode ser afastado de suas funções pelo CNMP na semana que vem. “Tempos confusos... quem faz seu trabalho institucional acaba sendo injustamente ofendido”, escreveu a mulher de Sergio Moro. “Aguenta firme, Deltan”, complementou com uma hashtag.

Na corda bamba

Deltan pode deixar o comando da operação e suas funções no MPF por causa das revelações de que teria abusado de suas funções ao investigar autoridades com foro, como mostram mensagens vazadas do seu Telegram. Ele também mantinha uma rentável e paralela agenda de palestras.

Precedente

“A decisão proferida contraria precedentes já observados em relação a outro ex-presidente”, diz o texto da defesa. Ele cita o habeas corpus obtido pelo ex-presidente Michel Temer no TRF-2, na ocasião em que foi preso no âmbito da Lava-Jato e obteve o direito a ficar detido em uma sala especial da PF no Rio.

Vítima

Ainda segundo a nota, “Lula é vítima de intenso constrangimento ilegal imposto por parte do sistema de Justiça. A defesa tomará todas as medidas necessárias com o objetivo de restabelecer a liberdade plena do ex-presidente Lula e para assegurar os direitos que lhe são assegurados pela lei e pela Constituição Federal”.

08 AGO 2019

METRO

STF suspende ida de Lula para Tremembé

Fica em Curitiba. Ministros aceitaram pedido de defesa do ex-presidente para que o petista não fosse transferido a São Paulo e continuasse em Sala de Estado Maior

O STF (Supremo Tribunal Federal) acolheu ontem o pedido da defesa para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) continue a cumprir pena em cela especial na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR). A decisão suspendeu determinação judicial emitida horas antes para que o petista fosse transferido ao Presídio 2 de Tremembé, a 147 km da capital paulista.

Lula poderia ficar em cela comum, na companhia de condenados por crimes de repercussão nacional, como Alexandre Nardoni, Cristian Cravinhos e Lindemberg Alves.

Desde abril do ano passado, ele cumpre pena de 8 anos e 10 meses, por conta do caso do triplex do Guarujá (SP), em uma sala isolada na PF de Curitiba, onde tem acesso a banheiro privativo e a televisão. A cela especial, com status de Sala de Estado Maior, foi reservada ao ex-presidente pelo então juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, "em razão da dignidade do cargo ocupado".

Mas, na manhã de ontem, a juíza federal Carolina Lebbos, atual responsável pela execução da pena de Lula, determinou a transferência do condenado para alguma

unidade prisional em São Paulo, acolhendo pedido da Polícia Federal do Paraná.

Em sua decisão, ela reconheceu os custos humanos e financeiros gastos pela Superintendência de Curitiba com a custódia e afirmou que a mudança facilitaria o contato do ex-presidente com a família, que mora em São Paulo. Ela solicitou que a Justiça paulista determinasse o local de destino de Lula.

A escolha de Tremembé, onde não há Sala de Estado Maior, partiu do juiz Paulo Eduardo de Almeida Sorci, coordenador e corregedor dos presídios de São Paulo.

A defesa de Lula reagiu e recorreu ao STF solicitando liminar para restabelecer a liberdade plena de Lula ou a suspensão da decisão de Carolina até o final do julgamento de habeas corpus, assegurando ao ex-presidente o direito de permanecer em Sala de Estado Maior.

Os ministros negaram o pedido de liberdade mas, por 10 votos a 1, suspenderam a transferência. O único voto contrário foi de Marco Aurélio Mello, que alegou não caber à corte apreciar o pedido antes de ele tramitar pelas instâncias inferiores da Justiça. 

08 AGO 2019

METRO

Caso Daniel. Allana é solta mas terá restrições

Uma das suspeitas de participação no caso da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, em outubro do ano passado, Allana Brittes, de 18 anos, deixou ontem a Penitenciária Feminina de Piraquara, na Região Metropolitana.

A decisão foi do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que também determinou medidas cautelares. Allana não poderá frequentar bares e casas noturnas, manter contato com os réus e testemunhas e se ausentar da comarca onde reside. Ela também terá que comparecer a cada dois meses ao tribunal.

Allana responde por coação, fraude processual e corrupção de menor. Seu pai Edson Brittes, e sua mãe, Cristiana Brittes, seguem presos.

08 AGO 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Uma missão ingrata e desgastante

Todo o material hackeado de ministros, juízes e deputados foi enviado ao ministro do STF Alexandre de Moraes. É um volume imenso de arquivos de texto e de áudio e 90% com total irrelevância (como ocorre com qualquer pessoa que utiliza aplicativos de comunicação). O problema é que Moraes estará submetido a uma

“lupa”, tanto da direita quanto da esquerda.

Enquanto esquerdistas têm absoluta convicção de que no material existem indícios suficientes da parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro, e por isso a condenação sobre seja anulada. O pessoal da direita também tem profunda convicção que o material apenas mostra a disposi-

ção do Judiciário para o trabalho.

O mesmo tipo de cobrança se reflete na dividida sociedade brasileira. Moraes também sabe que qualquer que seja o seu posicionamento, terá efeitos na imagem do STF, que hoje já é desgastada. O ministro precisará de uma grande equipe, paciência e muita sorte para encerrar este episódio. ●

Sexta fase da Quadro Negro mira 22 empresas

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público estadual cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em Curitiba, Campo Largo, Cascavel e Castro, na sexta fase da Operação Quadro Negro, que investiga desvios de dinheiro público em obras de construção e ampliação de escolas. A nova etapa envolve 22 empresas que mantinham contratos com o Estado e teriam participado do esquema de pagamento de propina a políticos e agentes públicos entre os anos

2012 e 2015, durante a administração do ex-governador Beto Richa (PSDB).

As buscas foram realizadas nas residências de 29 empresários e de dois ex-servidores públicos, a partir de mandados expedidos pela 9ª Vara Criminal de Curitiba a pedido do MP. Segundo a promotoria, foram apreendidos celulares, computadores, documentos e US\$ 6 mil em dinheiro. Houve ainda quatro prisões em flagrante, na Capital, duas por posse ilegal de arma de fogo, uma por posse de munição e outra por desacato. ●

08 AGO 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Caminhada marca 13 anos da Lei Maria da Penha

Cerca de 300 curitibanas caminharam juntas na rua XV de Novembro, nesta quarta-feira (7/8), num ato pelos 13 anos da Lei Maria Penha e de alerta ao combate à violência doméstica. Após a caminhada, o grupo se concentrou na Boca Maldita.

Segundo Elenice Malzoni, assessora de Direitos Humanos e Política para Mulheres da Prefeitura, a ação de conscientização foi para lembrar que a lei

define a proteção das mulheres contra qualquer tipo de violência doméstica e familiar.

"A lei Maria da Penha garante que os agressores sejam presos em flagrante ou que tenham a prisão preventiva decretada", frisou Elenice.

Ela lembra que, anteriormente, as penalidades eram brandas, como pagamento de multas e serviço comunitário. A criação da lei encorajou as denúncias e ajuda a salvar vidas diariamente. ●

SMC



A manifestação reuniu cerca de 300 mulheres

08 AGO 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

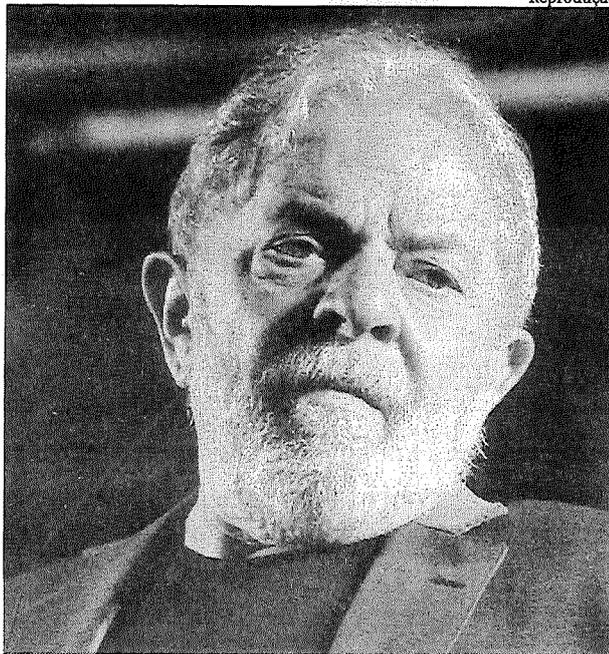
STF veta transferência de Lula de Curitiba

Ministros não concordaram com o ex-presidente em Tremembé



A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na tarde desta quarta-feira (7) vetar a transferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o presídio de Tremembé, no Interior de São Paulo, o que havia sido autorizado pela manhã pela Justiça Federal em Curitiba. Lula está preso desde 7 de abril de 2018 em uma cela especial na sede da PF na capital paranaense.

O ministro Edson Fachin atendeu ao pedido da defesa do ex-presidente e suspendeu a transferência. Fachin concedeu uma liminar, durante a sessão plenária da corte nesta quarta (7), para impedir a transferência ou, caso ocorra, para que Lula vá



Reprodução

para uma Sala de Estado Maior — em razão de sua condição de ex-presidente da República.

Em seguida, o plenário do STF começou a votar se referenda ou derruba a liminar de Fachin. A maioria dos ministros do tribunal já votou acompanhando o ministro, o que já define que a transferência de Lula para a penitenciária de Tremembé, no interior paulista, está suspensa.

A análise entrou às pressas na pauta do plenário nesta tarde porque o presidente da corte, ministro Dias Toffoli, apresentou a petição de Lula para ser julgada imediatamente — no jargão jurídico, o magistrado levou o caso em mesa. ■

■ A transferência de Lula tinha sido autorizada pela Justiça de Curitiba

Em favor de Deltan

Rosângela Moro usou as redes sociais nesta madrugada de quarta-feira para sair em defesa do chefe da Lava-Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, que pode ser afastado de suas funções pelo CNMP na semana que vem. “Tempos confusos... quem faz seu trabalho institucional acaba sendo injustamente ofendido”, escreveu a mulher de Sergio Moro. “Aguenta firme, Deltan”, complementou com uma hashtag.